



PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

O INE apresenta os dados dos principais agregados das Administrações Públicas (AP) relativos à estimativa preliminar anual de 2021, tendo como referência a base 2016 das Contas Nacionais Portuguesas.

De acordo com essa estimativa, em 2021 o setor das AP apresentou um saldo negativo (necessidade líquida de financiamento) de 5 977 milhões de euros, correspondente a 2,8% do PIB (-5,8% em 2020 e +0,1% em 2019).

As contas do setor das AP apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010) e com as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas¹. Os dados apresentados são enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010² e são consistentes com a primeira notificação de 2022 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro seguinte apresenta os valores preliminares dos principais agregados das AP para o ano de 2021, discriminados por subsetor institucional.

Quadro 1. Principais agregados das Administrações Públicas – dados preliminares

ANO: 2021		Unidade: 10 ⁶ EUR			
Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas	Administração Central	Administração Regional e Local	Fundos de Segurança Social
		S.13	S.1311	S.1313	S.1314
O.TE	Despesa total	101 727	73 801	14 585	29 818
O.TR	Receita total	95 750	65 964	14 022	32 241
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-5 977	-7 837	-563	2 423

Nota: Para o total da despesa (OTE) e para o total da receita (OTR), a soma dos subsectores não é igual ao valor do total do setor das AP, por efeitos de consolidação de algumas operações.

¹ Este documento está disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-19-007>.

² Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.



O setor institucional das AP registou uma necessidade líquida de financiamento de 5 977 milhões de euros em 2021, o que corresponde a 2,8% do PIB (5,8% em 2020). Esta necessidade de financiamento teve origem principalmente no subsetor da Administração Central e, com menor significado, na Administração Regional e Local, uma vez que o subsetor dos Fundos de Segurança Social apresentou um saldo positivo.

Comparando com 2020, o saldo da Administração Central melhorou em 5,8 mil milhões de euros, situando-se em -7,8 mil milhões de euros em 2021. Pelo contrário, o défice da Administração Regional e Local aumentou para 563 milhões de euros em 2021, mais do dobro que em 2020. O saldo dos Fundos de Segurança Social manteve-se positivo, tendo melhorado em mais de 200 milhões de euros face ao ano anterior.

O quadro 2 apresenta as principais componentes da receita das AP, tendo os dados relativos aos anos de 2020 e de 2021 naturezas provisória e preliminar, respetivamente.

Quadro 2. Receitas das Administrações Públicas

Unidade: 10⁶ EUR

Código da operação	Designação da operação	2020	2021
OTR	Receita total	87 041	95 750
	Receita corrente	86 356	93 330
	da qual		
D.2	Impostos sobre a produção e a importação	29 185	32 283
D.61	Contribuições sociais	25 606	27 149
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	20 110	20 551
D.9	Receita de capital	685	2 420

A receita total das AP aumentou 10% (cerca de +8,7 mil milhões de euros) entre 2020 e 2021 e a receita corrente aumentou 8% (aproximadamente, mais 7 mil milhões de euros). As três grandes componentes da receita corrente aumentaram a diferentes ritmos, salientando-se o acréscimo dos impostos sobre a produção e a importação, que atingiu 11%. As receitas com as contribuições sociais aumentaram 6% e os impostos correntes sobre o rendimento e património aumentaram apenas 2%.

A receita de capital mais do que triplicou em virtude, sobretudo, do reembolso da margem paga antecipadamente respeitante aos empréstimos concedidos ao abrigo do Programa de Assistência Financeira a Portugal no âmbito do Mecanismo Europeu de Estabilidade.

Importa referir que, no contexto da pandemia COVID-19, foi necessário efetuar ajustamentos temporais aos resultados em contabilidade pública. Entre os ajustamentos do lado da receita, incluem-se os montantes associados às medidas de pagamento fracionado de impostos e contribuições sociais e o financiamento de diversas medidas do lado da despesa, como a aquisição de vacinas COVID-19, suportado por fundos da União Europeia, determinando um impacto nulo no saldo. No seu conjunto, o impacto na receita das medidas tomadas no âmbito do combate à pandemia COVID-19 correspondeu a 1 188 milhões de euros (1,2% da receita pública total).



Na estrutura da receita, destaca-se, face ao ano de 2020 e na sequência da evolução descrita, o decréscimo da importância relativa das contribuições sociais (-1,1 p.p.) e dos impostos correntes sobre o rendimento e património (-1,6 p.p.), por contrapartida do acréscimo da quota de impostos sobre a produção e a importação (+0,2 p.p.) que se reforçam como a principal fonte de receita pública. No conjunto, o peso relativo da receita corrente diminuiu (-1,7 p.p.).

O quadro 3 apresenta os valores das principais componentes da despesa das AP para os anos de 2020 (dados provisórios) e 2021 (estimativa preliminar).

Quadro 3. Despesas das Administrações Públicas

Unidade: 10⁶ EUR

Código da operação	Designação da operação	2020	2021
OTE	Despesa total	98 725	101 727
	Despesa corrente	89 982	93 716
	da qual		
D.1	Remunerações dos Empregados	23 925	24 882
D.62	Prestações Sociais, exceto Transferências Sociais em Espécie	36 097	37 186
D.41	Juros	5 791	5 169
D.9+P.5+NP	Despesa de capital	8 743	8 012

A despesa total das AP registou um aumento de 3,0% entre 2020 e 2021, em consequência dos efeitos conjugados do acréscimo da despesa corrente (+4,1%) e da diminuição da despesa de capital (-8,4%).

Para o aumento da despesa corrente contribuíram os acréscimos registados nas remunerações (+4,0%) e nas prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie (+3,0%). Em sentido oposto, verificou-se um decréscimo de 11,0% na despesa em juros (-623 milhões de euros), mantendo-se a tendência decrescente iniciada em 2015. Em 2014, a despesa com juros atingiu 8,4 mil milhões de euros e, em 2021, foi 5,2 mil milhões de euros.

O decréscimo da despesa de capital entre 2020 e 2021 resultou da diminuição das transferências de capital pagas, já que a formação bruta de capital aumentou em 19%. Entre as transferências de capital pagas, salienta-se o apoio concedido pelo Estado português à TAP Air Portugal (com um impacto líquido de 640 milhões de euros) e o registo da garantia do Governo Regional dos Açores ao financiamento obtido pela SATA Air Açores no montante de 120 milhões de euros, atendendo à situação económica e financeira da empresa. Ainda assim, os apoios concedidos a estas duas empresas em 2021 foram inferiores ao observado em 2020 (1 332 milhões de euros).

O impacto direto de medidas excecionais de apoio no contexto da pandemia COVID-19 ascendeu a cerca de 7 mil milhões de euros em 2021, correspondente a 6,9% da despesa pública total. Em 2020, este impacto tinha ascendido a 4,3 mil milhões (4,4% da despesa total)³. Entre os encargos públicos com a pandemia, destacam-se a despesa em subsídios às empresas (3,1% da despesa total em 2021), em consumo intermédio (0,9%), em

³ Tendo por base a informação disponível incluída nos boletins de execução orçamental mensais da Direção-Geral do Orçamento.



apoio social às famílias (0,6%) e em remunerações (0,4%), sobretudo no setor da saúde. Adicionalmente, foram registadas como transferências de capital uma estimativa das perdas associadas às garantias concedidas pelo Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM) no âmbito das linhas COVID-19 para financiamento às empresas, classificado no setor institucional das AP, e o apoio direto à TAP Air Portugal (0,7%). Os encargos com o *layoff* simplificado, incluídos nos subsídios pagos às empresas, atingiram 0,4% da despesa.

Em consequência daquela evolução, a despesa corrente ganhou importância relativa no total da despesa (+1 p.p.), por contrapartida da redução do peso da despesa de capital, de 8,9% em 2020, para 7,9% em 2021. A despesa com juros passou de 5,9% da receita total, em 2020, para 5,1%, em 2021.

O quadro 4 apresenta os principais saldos das AP em 2020 e 2021. Os dados preliminares relativos a 2021 revelam que o saldo global das AP melhorou em cerca de 5,7 mil milhões de euros entre 2020 e 2021, originando uma necessidade de financiamento de 5 977 mil milhões de euros em 2021 (-2,8% do PIB). Esta evolução positiva resultou de um aumento na receita (10,0%) mais significativo do que o observado para a despesa (3,0%).

Quadro 4. Saldos das Administrações Públicas

Unidade: 10⁶ EUR

Código da operação	Designação da operação	2020	2021
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-11 684	-5 977
	Saldo corrente	-3 626	-386
B.9 - D.41	Saldo primário	-5 893	-808

Tendo por base a informação disponível à data incluída nos boletins de execução orçamental publicados mensalmente pela Direção-Geral do Orçamento, o impacto direto no saldo em contabilidade nacional das medidas excecionais de apoio no contexto da pandemia COVID-19 foi cerca de -6 mil milhões de euros em 2021 (-2,9% do PIB). Esta informação pode ainda não refletir a totalidade da despesa no combate à pandemia na medida em que os organismos não a tenham identificado enquanto tal.

Tal como em 2020, o saldo primário, correspondente ao saldo global líquido da despesa em juros, foi negativo, mas melhorou de forma expressiva para -808 milhões de euros.

Data do próximo destaque – 23 de setembro de 2022